

BARREIRAS ATITUDINAIS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS INVISÍVEIS À CONSOLIDAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR

**ATTITUDINAL BARRIERS IN SPECIAL EDUCATION: INVISIBLE CHALLENGES
TO CONSOLIDATING SCHOOL INCLUSION**

Ciências Humanas • 23/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/787521996](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/787521996)

Michelly Carla Ramos de Almeida Oliveira

Jasmyne Tamaturgo Targino

Emanuelle Pereira dos Santos

RESUMO

A educação inclusiva constitui um dos principais desafios das políticas educacionais contemporâneas, sobretudo no que se refere à garantia de acesso, participação e aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular. Apesar dos avanços legais e das diretrizes que orientam a inclusão escolar no Brasil, ainda persistem obstáculos que dificultam a efetivação desse processo no cotidiano das instituições de ensino. Entre esses desafios, destacam-se as barreiras atitudinais, compreendidas como crenças, preconceitos, estereótipos e comportamentos que limitam ou dificultam a participação plena dos estudantes com deficiência no ambiente escolar. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar as barreiras atitudinais presentes na educação especial e discutir de que forma essas barreiras se configuram como desafios invisíveis à consolidação da inclusão escolar. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, com base em estudos recentes da literatura brasileira sobre educação inclusiva, barreiras à aprendizagem e participação e práticas pedagógicas inclusivas. Os resultados da análise indicam que as barreiras atitudinais estão profundamente relacionadas às concepções sociais sobre deficiência e às práticas pedagógicas presentes no cotidiano escolar, manifestando-se frequentemente por meio de expectativas reduzidas em relação às capacidades dos estudantes, resistência à adaptação das práticas de ensino e atitudes discriminatórias ou capacitistas. Além disso, evidenciou-se que a formação docente e a construção de uma cultura escolar baseada no respeito à diversidade são elementos fundamentais para o enfrentamento dessas barreiras. Conclui-se que a superação das barreiras atitudinais é condição essencial para a consolidação da educação inclusiva, exigindo transformações nas concepções, práticas pedagógicas e relações sociais presentes no

ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Educação especial; Barreiras atitudinais; Inclusão escolar; Diversidade.

ABSTRACT

Inclusive education has become one of the main challenges of contemporary educational policies, particularly with regard to ensuring access, participation, and learning opportunities for students who are the target audience of special education within mainstream schooling. Despite the legal advances and policy guidelines that promote inclusive education in Brazil, several obstacles still hinder the effective implementation of inclusion in everyday school practices. Among these challenges, attitudinal barriers stand out, understood as beliefs, prejudices, stereotypes, and behaviors that limit or hinder the full participation of students with disabilities in the school environment. In this context, this article aims to analyze attitudinal barriers in special education and discuss how these barriers represent invisible challenges to the consolidation of inclusive schooling. This study adopts a qualitative approach and is based on a bibliographic review of recent Brazilian literature addressing inclusive education, barriers to learning and participation, and inclusive pedagogical practices. The results indicate that attitudinal barriers are strongly related to social conceptions of disability and to pedagogical practices present in everyday school contexts, often manifested through low expectations regarding students' abilities, resistance to adapting teaching practices, and discriminatory or ableist attitudes. Furthermore, the study highlights that teacher education and the development of an inclusive school culture based on respect for diversity are fundamental elements for overcoming these barriers. It is concluded that overcoming attitudinal barriers is an essential

condition for the consolidation of inclusive education, requiring transformations in educational conceptions, pedagogical practices, and social relations within the school environment.

Keywords: Inclusive education; Special education; Attitudinal barriers; School inclusion; Diversity.

1. INTRODUÇÃO

A consolidação da educação inclusiva tem sido um dos principais desafios contemporâneos das políticas educacionais em diversos países. No Brasil, esse movimento ganhou maior visibilidade a partir da Constituição Federal de 1988, que assegura a educação como direito de todos, e foi fortalecido por dispositivos legais posteriores, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Tais marcos normativos estabelecem que os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação devem ter acesso, participação e aprendizagem garantidos no ensino regular, com o suporte de serviços e recursos pedagógicos adequados. Nesse cenário, a escola passa a ser compreendida como espaço de diversidade, no qual as diferenças devem ser reconhecidas e valorizadas como elementos constitutivos do processo educativo.

Entretanto, embora os avanços legais e políticos tenham contribuído para ampliar o acesso de estudantes público-alvo da educação especial às escolas regulares, a efetivação da inclusão escolar ainda enfrenta inúmeros desafios no cotidiano das instituições educativas. Dentre esses desafios, destacam-se as chamadas barreiras à aprendizagem e à participação, que podem se manifestar em diferentes dimensões, como arquitetônicas, comunicacionais,

pedagógicas, tecnológicas e atitudinais. Segundo a literatura especializada, as barreiras atitudinais configuram-se como um dos obstáculos mais complexos e persistentes à consolidação da educação inclusiva, pois estão relacionadas a crenças, preconceitos, estereótipos e práticas discriminatórias que, muitas vezes, se manifestam de forma implícita nas relações escolares.

Nesse contexto, as barreiras atitudinais dizem respeito às posturas, percepções e comportamentos que limitam ou dificultam a participação plena de estudantes com deficiência no ambiente escolar. Tais barreiras podem ser expressas por meio de expectativas reduzidas em relação às capacidades desses estudantes, resistência por parte de docentes em adaptar práticas pedagógicas, ausência de colaboração entre profissionais da escola ou mesmo pela naturalização de práticas excludentes no cotidiano educacional. Como ressalta Mantoan (2015), a inclusão escolar não se limita à presença física do estudante com deficiência na escola, mas exige mudanças profundas nas concepções pedagógicas, nas práticas educativas e nas atitudes dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Além disso, autores como Mittler (2003) e Sassaki (2010) apontam que as atitudes sociais desempenham papel central na construção de ambientes educacionais inclusivos. Quando prevalecem concepções baseadas na deficiência como incapacidade, a escola tende a reproduzir práticas que segregam ou marginalizam determinados estudantes. Por outro lado, quando há uma perspectiva pautada no reconhecimento da diversidade humana, as diferenças passam a ser compreendidas como oportunidades de aprendizagem coletiva e de transformação das práticas pedagógicas.

Apesar da relevância do debate sobre inclusão escolar, observa-se que muitas das dificuldades enfrentadas pelos estudantes público-alvo da educação especial não estão necessariamente relacionadas à ausência de recursos materiais ou de políticas educacionais, mas sim às atitudes e concepções presentes no cotidiano escolar. Essas barreiras, por serem frequentemente invisíveis ou naturalizadas, tornam-se ainda mais difíceis de serem identificadas e superadas, o que reforça a necessidade de estudos que investiguem de forma mais aprofundada suas manifestações e impactos no processo de inclusão.

Diante desse cenário, emerge o seguinte problema de pesquisa: de que maneira as barreiras atitudinais se manifestam no contexto escolar e como elas interferem na efetivação da educação inclusiva para estudantes público-alvo da educação especial? A investigação desse problema torna-se fundamental para compreender os desafios enfrentados no cotidiano das escolas e para subsidiar práticas pedagógicas e políticas educacionais que promovam ambientes mais inclusivos.

A relevância deste estudo reside na necessidade de ampliar as reflexões sobre as dimensões subjetivas e relacionais da inclusão escolar, frequentemente negligenciadas em análises centradas apenas em aspectos estruturais ou normativos. Ao discutir as barreiras atitudinais presentes no ambiente educacional, este trabalho busca contribuir para a sensibilização de profissionais da educação, gestores e demais atores envolvidos no processo educativo, evidenciando que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva depende, sobretudo, da transformação das práticas e das atitudes que orientam as relações pedagógicas.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar as barreiras atitudinais presentes no contexto da educação especial e discutir de que forma essas barreiras se configuram como desafios invisíveis à consolidação da inclusão escolar. Busca-se, portanto, refletir sobre como crenças, percepções e comportamentos presentes no cotidiano das instituições educativas podem interferir na participação e na aprendizagem de estudantes com deficiência.

Para alcançar esse objetivo, o artigo está estruturado em três seções principais. Após esta introdução, o capítulo 2 apresenta a fundamentação teórica, discutindo conceitos e abordagens relacionadas à educação inclusiva, às barreiras à aprendizagem e à participação e, especialmente, às barreiras atitudinais no contexto escolar. Por fim, o capítulo 3 apresenta as considerações finais do estudo, sintetizando as principais reflexões desenvolvidas ao longo do trabalho e apontando possíveis caminhos para o enfrentamento das barreiras atitudinais na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva tem se consolidado como um princípio fundamental das políticas educacionais contemporâneas, orientando a organização dos sistemas de ensino no sentido de garantir o direito à educação para todos os estudantes. Nesse contexto, a inclusão escolar busca assegurar não apenas o acesso à escola, mas também a permanência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência nos diferentes espaços educativos. Estudos recentes evidenciam que a educação inclusiva se fundamenta na valorização da diversidade humana e na construção de ambientes educacionais capazes de acolher as diferenças como

parte constitutiva do processo educativo (Café; Wuo, 2025; Serrão; Pinto, 2025).

Nesse cenário, a educação especial passa a ser compreendida como uma modalidade transversal da educação básica, responsável por oferecer recursos pedagógicos, serviços especializados e estratégias que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial. Pesquisas recentes destacam que a efetivação da inclusão depende da articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas e formação docente, de modo que os sistemas educacionais sejam capazes de responder às necessidades educacionais diversas presentes no contexto escolar (Gomes *et al.*, 2025).

Apesar dos avanços normativos e das discussões acadêmicas sobre inclusão, a realidade escolar ainda apresenta desafios significativos para a concretização desse paradigma educacional. Diversos estudos apontam que a presença de barreiras à aprendizagem e à participação constitui um dos principais fatores que limitam a efetivação da educação inclusiva. Essas barreiras podem assumir diferentes formas, incluindo obstáculos estruturais, pedagógicos, comunicacionais e sociais, que interferem diretamente na participação plena dos estudantes no ambiente escolar (Almeida *et al.*, 2025).

Entre essas barreiras, destacam-se as barreiras atitudinais, consideradas por diversos pesquisadores como um dos obstáculos mais complexos à inclusão escolar. Essas barreiras estão relacionadas às atitudes, percepções e crenças que orientam comportamentos discriminatórios ou práticas pedagógicas excludentes no cotidiano das instituições educativas. De acordo com

Santos *et al.* (2023), as barreiras atitudinais estão diretamente associadas a atitudes preconceituosas e estereótipos em relação às pessoas com deficiência, os quais podem limitar sua participação e aprendizagem no ambiente escolar.

Pesquisas recentes também indicam que tais barreiras se manifestam frequentemente por meio de expectativas reduzidas em relação ao potencial de aprendizagem dos estudantes com deficiência, resistência à adaptação das práticas pedagógicas ou dificuldades dos professores em lidar com a diversidade em sala de aula. Nesse sentido, Rodrigues *et al.* (2025) afirma que as barreiras atitudinais podem ser compreendidas como disposições subjetivas que influenciam julgamentos, expectativas e práticas pedagógicas, contribuindo para processos de exclusão ou afastamento de estudantes com necessidades educacionais específicas.

Além disso, estudos internacionais apontam que as atitudes dos professores desempenham papel central no sucesso das políticas de inclusão. Pesquisas recentes mostram que a falta de formação adequada e de confiança profissional pode gerar insegurança entre docentes, o que se reflete em atitudes negativas ou hesitação na implementação de práticas pedagógicas inclusivas (Arranz-Sánchez; Espada-Chavarría, 2025; Alassaf, 2025).

Outro aspecto importante destacado pela literatura refere-se ao fato de que as barreiras atitudinais muitas vezes se manifestam de forma invisível ou naturalizada no cotidiano escolar. Isso ocorre porque tais barreiras estão vinculadas a valores culturais, concepções sociais sobre deficiência e representações históricas que influenciam as relações educacionais. Assim, mesmo em contextos nos quais existem políticas inclusivas e recursos pedagógicos disponíveis,

atitudes discriminatórias ou preconceituosas podem comprometer a efetividade das práticas de inclusão (Kamimura; Yaegashi; Souza, 2024).

Diante desse cenário, torna-se fundamental ampliar o debate teórico sobre a educação inclusiva e compreender de maneira mais aprofundada os fatores que contribuem para a manutenção dessas barreiras no contexto escolar. A literatura recente enfatiza que a superação das barreiras atitudinais depende de processos contínuos de formação docente, reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e construção de uma cultura escolar baseada no respeito à diversidade e na promoção da equidade educacional (Gomes *et al.*, 2025).

Assim, a fundamentação teórica deste estudo busca discutir os principais conceitos e abordagens relacionados à educação inclusiva e às barreiras presentes no ambiente escolar, com ênfase nas barreiras atitudinais e em seus impactos na consolidação de práticas educacionais verdadeiramente inclusivas.

2.1. Educação Inclusiva e Educação Especial: Fundamentos Conceituais e Legais

A educação inclusiva constitui um dos princípios centrais das políticas educacionais contemporâneas, fundamentada na ideia de que todos os estudantes têm direito de participar plenamente do processo educativo, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou sociais. Essa perspectiva parte do reconhecimento de que a diversidade é uma característica inerente às sociedades humanas e, portanto, deve ser acolhida e valorizada nos espaços escolares. Nesse sentido, a educação inclusiva propõe a

reorganização das práticas pedagógicas, das políticas educacionais e das estruturas institucionais, de modo a garantir a participação e a aprendizagem de todos os estudantes no ensino regular (Reis; Coutinho, 2025).

No contexto brasileiro, a consolidação da educação inclusiva tem sido impulsionada por um conjunto de dispositivos legais e normativos que buscam assegurar o direito à educação para as pessoas com deficiência. Entre esses marcos destaca-se a Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que determina a oferta de atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino. Esses dispositivos reforçam o compromisso do sistema educacional brasileiro com a construção de uma escola que seja capaz de atender à diversidade dos estudantes (Brasil, 1996; Serrão; Pinto, 2025).

Outro marco importante para a consolidação da inclusão escolar no Brasil foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2008, que redefiniu o papel da educação especial no sistema educacional. Essa política estabelece que a educação especial deve atuar de forma complementar ou suplementar ao ensino comum, por meio da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo recursos pedagógicos, tecnologias assistivas e estratégias que favoreçam a participação dos estudantes público-alvo da educação especial nas atividades escolares (Brasil, 2008; Café; Wuo, 2025).

Nesse contexto, a educação especial deixa de ser concebida como um sistema educacional segregado e passa a integrar o projeto

pedagógico das escolas regulares, contribuindo para a construção de práticas educativas mais inclusivas. Essa mudança de paradigma implica compreender que as dificuldades de aprendizagem não estão apenas relacionadas às características individuais dos estudantes, mas também às condições pedagógicas, organizacionais e sociais oferecidas pelo ambiente escolar. Dessa forma, a inclusão requer a transformação das práticas pedagógicas e das concepções educacionais que historicamente contribuíram para a exclusão de determinados grupos sociais (Gomes *et al.*, 2025).

Além dos avanços normativos, a literatura recente tem enfatizado a importância da formação docente para a efetivação da educação inclusiva. Professores preparados para lidar com a diversidade em sala de aula tendem a desenvolver práticas pedagógicas mais flexíveis e adaptadas às necessidades dos estudantes. No entanto, pesquisas apontam que muitos docentes ainda se sentem inseguros em relação à implementação de práticas inclusivas, sobretudo devido à ausência de formação específica ou de apoio institucional adequado (Alassaf, 2025).

Outro aspecto relevante discutido pelos estudos contemporâneos refere-se à necessidade de promover uma cultura escolar inclusiva, baseada no respeito às diferenças e na valorização da diversidade. Nesse sentido, a inclusão não deve ser compreendida apenas como uma política educacional, mas como um processo social e cultural que envolve mudanças nas atitudes, nas crenças e nas práticas dos diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar (Santos *et al.*, 2023).

Pesquisas recentes também indicam que a construção de ambientes educacionais inclusivos depende da articulação entre

políticas públicas, práticas pedagógicas e participação da comunidade escolar. Quando esses elementos atuam de forma integrada, torna-se possível promover experiências educacionais mais equitativas, capazes de atender às necessidades de todos os estudantes. Contudo, quando essa articulação não ocorre de maneira efetiva, persistem obstáculos que dificultam a concretização dos princípios da inclusão (Rodrigues *et al.*, 2025).

Nesse sentido, a educação inclusiva deve ser compreendida como um processo contínuo de transformação das práticas educacionais, que exige reflexão crítica sobre as estruturas escolares, as metodologias de ensino e as relações estabelecidas no ambiente educativo. A consolidação desse paradigma depende não apenas da implementação de políticas públicas, mas também do compromisso ético e pedagógico dos profissionais da educação em construir práticas que reconheçam e valorizem a diversidade humana como elemento fundamental do processo educativo (Kamimura; Yaegashi; Souza, 2024).

2.2. Barreiras à Aprendizagem e à Participação no Contexto Escolar

A discussão sobre as barreiras à aprendizagem e à participação tem ganhado destaque nas pesquisas brasileiras sobre educação inclusiva, sobretudo porque essas barreiras evidenciam que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes com deficiência não estão apenas associadas às suas condições individuais, mas também às estruturas e práticas presentes no ambiente escolar. Nesse sentido, a inclusão escolar exige a análise crítica dos fatores institucionais, pedagógicos e sociais que podem limitar o acesso e a permanência desses estudantes no processo educativo. Pesquisas

recentes indicam que a efetivação da educação inclusiva depende da capacidade das instituições de ensino de reconhecer e enfrentar tais obstáculos no cotidiano escolar (Serrão; Pinto, 2025).

Nesse contexto, as barreiras à aprendizagem e à participação podem ser compreendidas como fatores que dificultam ou impedem o acesso pleno dos estudantes às experiências educacionais, comprometendo sua participação nas atividades escolares e no processo de construção do conhecimento. Tais barreiras podem manifestar-se em diferentes dimensões do ambiente escolar, incluindo aspectos pedagógicos, estruturais, comunicacionais e sociais. Estudos apontam que a ausência de estratégias pedagógicas inclusivas e de práticas educativas adaptadas às necessidades dos estudantes constitui um dos principais desafios para a consolidação da inclusão nas escolas brasileiras (Leal; Vieira, 2025).

Entre os fatores que contribuem para a presença dessas barreiras no ambiente escolar, destacam-se as dificuldades relacionadas à organização das práticas pedagógicas. Muitas vezes, os currículos rígidos e as metodologias tradicionais de ensino acabam por desconsiderar as diferenças individuais dos estudantes, o que dificulta a participação daqueles que apresentam necessidades educacionais específicas. Dessa forma, torna-se necessário repensar as práticas pedagógicas adotadas nas escolas, buscando estratégias que favoreçam a participação e a aprendizagem de todos os estudantes (Monteiro; Marchi, 2023).

Além das barreiras pedagógicas, também são frequentemente identificadas barreiras estruturais e organizacionais no contexto escolar. A falta de acessibilidade física, a escassez de recursos

didáticos adaptados e a ausência de tecnologias assistivas são fatores que podem limitar significativamente a participação dos estudantes com deficiência nas atividades escolares. Essas limitações evidenciam que a inclusão escolar exige não apenas mudanças nas práticas pedagógicas, mas também transformações nas condições estruturais e organizacionais das instituições educacionais (Nascimento *et al.*, 2025).

Outro aspecto relevante refere-se às barreiras atitudinais, que estão relacionadas às percepções, crenças e comportamentos presentes nas relações sociais estabelecidas no ambiente escolar. Essas barreiras manifestam-se por meio de preconceitos, estigmas e expectativas reduzidas em relação às capacidades dos estudantes com deficiência, o que pode comprometer sua participação e aprendizagem no contexto educacional. Nesse sentido, pesquisas brasileiras destacam que as barreiras atitudinais constituem um dos obstáculos mais persistentes à efetivação da inclusão escolar (Santos *et al.*, 2023).

Estudos mais recentes também indicam que essas barreiras podem ser compreendidas como disposições subjetivas que orientam expectativas, julgamentos e práticas pedagógicas no cotidiano escolar. Quando professores e gestores possuem concepções limitadas acerca das potencialidades dos estudantes com deficiência, acabam reproduzindo práticas que reforçam processos de exclusão ou marginalização. Nesse sentido, compreender as dimensões sociais e culturais que sustentam essas atitudes torna-se fundamental para o enfrentamento das desigualdades no campo educacional (Rodrigues *et al.*, 2025).

Além disso, pesquisas recentes também evidenciam que as barreiras atitudinais podem se manifestar por meio de comportamentos discriminatórios, estereótipos e preconceitos presentes nas relações escolares, afetando diretamente o processo de inclusão dos estudantes com deficiência. No caso de estudantes com Transtorno do Espectro Autista, por exemplo, tais barreiras podem resultar em processos de marginalização ou exclusão dentro do ambiente escolar, dificultando sua participação nas atividades pedagógicas e nas interações sociais (Kamimura; Yaegashi; Souza, 2024).

2.3. Barreiras Atitudinais e Seus Impactos na Efetivação da Inclusão Escolar

A discussão sobre as barreiras atitudinais tem se destacado nas pesquisas brasileiras sobre educação inclusiva, sobretudo porque tais barreiras estão diretamente relacionadas às atitudes, crenças e comportamentos presentes nas relações sociais estabelecidas no ambiente escolar. Diferentemente das barreiras estruturais ou pedagógicas, as barreiras atitudinais estão vinculadas às percepções sociais sobre a deficiência e podem se manifestar por meio de preconceitos, estereótipos e expectativas reduzidas em relação às capacidades dos estudantes com deficiência. Nesse sentido, estudos apontam que essas barreiras constituem um dos principais obstáculos à efetivação da inclusão escolar no contexto educacional brasileiro (Santos *et al.*, 2023).

De acordo com Santos *et al.* (2023), as barreiras atitudinais estão associadas a práticas e comportamentos que prejudicam ou impedem a participação plena das pessoas com deficiência em diferentes espaços sociais, incluindo o ambiente escolar. Essas barreiras se manifestam, muitas vezes, de forma implícita nas

relações pedagógicas, influenciando as expectativas dos professores e a forma como os estudantes com deficiência são percebidos dentro da sala de aula. Assim, mesmo em contextos nos quais existem políticas inclusivas e recursos pedagógicos disponíveis, atitudes discriminatórias ou capacitistas podem comprometer o processo de inclusão educacional.

Nesse contexto, Rodrigues, Bernardino e Moreira (2022) destaca que as barreiras atitudinais representam uma das formas mais complexas de exclusão educacional, uma vez que estão relacionadas às representações sociais construídas historicamente sobre a deficiência. Essas representações acabam influenciando as práticas pedagógicas e as relações sociais estabelecidas no ambiente escolar, contribuindo para a manutenção de processos de discriminação e exclusão. Dessa forma, compreender as origens sociais dessas atitudes torna-se fundamental para o desenvolvimento de práticas educacionais mais inclusivas.

Pesquisas mais recentes também evidenciam que as barreiras atitudinais podem ser observadas no cotidiano escolar por meio de comportamentos que limitam a participação dos estudantes com deficiência nas atividades pedagógicas e nas interações sociais. Muitas vezes, essas atitudes se manifestam por meio da superproteção, da exclusão de determinadas atividades ou da crença de que determinados estudantes não são capazes de acompanhar o processo de aprendizagem. Essas práticas acabam reforçando a marginalização desses estudantes dentro do ambiente escolar (Kamimura; Yaegashi; Souza, 2024).

Outro aspecto importante refere-se ao fato de que as barreiras atitudinais estão frequentemente associadas à falta de formação

adequada dos profissionais da educação para lidar com a diversidade presente na sala de aula. Quando os professores não recebem formação específica sobre educação inclusiva, podem desenvolver insegurança ou resistência em relação à inclusão de estudantes com deficiência nas turmas regulares. Essa realidade evidencia a importância da formação docente como elemento fundamental para a construção de práticas pedagógicas inclusivas (Café; Wuo, 2025).

Além disso, estudos recentes apontam que as barreiras atitudinais podem contribuir diretamente para processos de exclusão e evasão escolar de estudantes com deficiência. Quando os estudantes percebem atitudes discriminatórias ou expectativas reduzidas em relação às suas capacidades, podem desenvolver sentimentos de desmotivação, baixa autoestima e afastamento do ambiente escolar. Dessa forma, as atitudes presentes no contexto educacional exercem influência significativa sobre o percurso escolar desses estudantes (Rodrigues *et al.*, 2025).

Outro elemento frequentemente destacado pela literatura refere-se ao fato de que as barreiras atitudinais tendem a reforçar outras formas de barreiras presentes no ambiente escolar. Quando atitudes discriminatórias ou preconceituosas se manifestam no cotidiano educativo, acabam contribuindo para o fortalecimento de barreiras pedagógicas, estruturais e sociais que dificultam ainda mais a participação dos estudantes com deficiência no processo educativo. Dessa forma, combater essas barreiras torna-se uma condição fundamental para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos (Alencar *et al.*, 2025).

Diante desse cenário, a superação das barreiras atitudinais exige mudanças profundas nas concepções e práticas educacionais. Isso implica promover processos de formação continuada para professores, incentivar práticas pedagógicas inclusivas e fortalecer uma cultura escolar baseada no respeito à diversidade. Somente a partir dessas transformações será possível avançar na construção de uma escola que reconheça e valorize as diferenças como parte essencial do processo educativo (Araujo, 2025).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente discussão teve como objetivo analisar as barreiras atitudinais no contexto da educação especial, compreendendo de que maneira essas barreiras se configuram como desafios frequentemente invisíveis à consolidação da inclusão escolar. Ao longo do estudo, evidenciou-se que, embora as políticas educacionais brasileiras tenham avançado significativamente no reconhecimento do direito à educação inclusiva, ainda persistem obstáculos que dificultam a efetivação desse princípio no cotidiano das instituições escolares.

A análise da literatura evidenciou que as barreiras à aprendizagem e à participação não se restringem a aspectos estruturais ou pedagógicos, mas também envolvem dimensões sociais e culturais que permeiam as relações estabelecidas no ambiente escolar. Nesse sentido, as barreiras atitudinais assumem papel central nesse processo, uma vez que estão relacionadas às crenças, percepções e comportamentos que influenciam a forma como os estudantes com deficiência são reconhecidos, acolhidos e incluídos nas práticas educativas.

Observou-se que tais barreiras frequentemente se manifestam por meio de expectativas reduzidas em relação às capacidades dos estudantes, atitudes de superproteção, práticas pedagógicas pouco flexíveis e, em alguns casos, comportamentos discriminatórios ou capacitistas. Essas atitudes podem comprometer não apenas a participação dos estudantes com deficiência nas atividades escolares, mas também o desenvolvimento de sua autonomia, autoestima e pertencimento ao ambiente educativo.

Outro aspecto relevante identificado ao longo da discussão refere-se à influência das concepções dos profissionais da educação na construção de ambientes escolares inclusivos. Quando os docentes possuem uma compreensão limitada acerca da diversidade e das potencialidades dos estudantes com deficiência, tendem a reproduzir práticas pedagógicas que reforçam processos de exclusão ou marginalização. Por outro lado, quando a escola promove uma cultura baseada no respeito às diferenças e na valorização da diversidade, torna-se possível desenvolver práticas educativas mais equitativas e inclusivas.

Nesse contexto, destaca-se a importância da formação inicial e continuada dos professores como elemento fundamental para o enfrentamento das barreiras atitudinais no ambiente escolar. A formação docente voltada para a educação inclusiva contribui para ampliar a compreensão sobre as necessidades educacionais dos estudantes, favorecendo o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais sensíveis às diferenças e mais comprometidas com a promoção da equidade educacional.

Além da formação docente, a construção de uma cultura escolar inclusiva também depende do envolvimento de toda a comunidade

educativa, incluindo gestores, profissionais de apoio, estudantes e famílias. A inclusão escolar não deve ser compreendida apenas como uma responsabilidade individual do professor, mas como um compromisso coletivo que exige mudanças institucionais, pedagógicas e culturais no interior das escolas.

Dessa forma, torna-se fundamental que as instituições de ensino desenvolvam estratégias que favoreçam a identificação e a superação das barreiras atitudinais presentes no cotidiano escolar. Entre essas estratégias destacam-se a promoção de espaços de reflexão sobre práticas pedagógicas, o fortalecimento de políticas institucionais voltadas à inclusão e o incentivo à construção de ambientes educacionais baseados no diálogo, na empatia e no respeito às diferenças.

Por fim, conclui-se que a superação das barreiras atitudinais representa um dos maiores desafios para a consolidação da educação inclusiva, uma vez que essas barreiras estão profundamente enraizadas nas concepções sociais sobre deficiência e diversidade. Entretanto, ao reconhecer a existência dessas barreiras e promover processos de transformação nas práticas e nas atitudes presentes no ambiente escolar, torna-se possível avançar na construção de uma educação mais democrática, equitativa e comprometida com o direito de todos à aprendizagem.

Assim, espera-se que as reflexões apresentadas neste estudo contribuam para ampliar o debate sobre a importância do enfrentamento das barreiras atitudinais na educação especial, incentivando práticas educativas que reconheçam a diversidade como elemento fundamental para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALASSAF, M. A. Conhecimento e atitudes dos professores em relação à educação inclusiva para crianças com autismo em escolas regulares. Artigo de pesquisa original. Front. Educ.17 de julho de 2025, Seção Necessidades Educacionais Especiais, Volume 10 - 2025. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/education/articles/10.3389/feduc.2025.1630710/full>. Acesso em 02 de mar. 2026.

ALENCAR, G. A. R de; SOUZA, L. N de P; QUALIO, N. M; YAEHASHI, S. F. R. Acessibilidade curricular: rompendo com as barreiras atitudinais e pedagógicas. Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.11, N.2- pág.123-139 mai.-ago. de 2025. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/87544/54775>. Acesso em 05 de mar. 2026.

ALMEIDA, L. P dos S. R de; NOGUEIRA LAHR, S. L; GUIMARÃES, J da F; BICALHO, M. G. P. Barreiras e estratégias de acesso nas trajetórias de Pessoas Com Deficiência (PCD) no ensino superior: uma leitura a partir do conceito de territorialidades. Relato de Pesquisa • Rev. bras. educ. espec. 31 • 2025 • <https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0132>. Acesso em 01 de mar. 2026.

ARAUJO, L. S De. A educação inclusiva no Brasil: Desafios para a efetivação dos direitos educacionais de estudantes com deficiência. International Integralize Scientific. v 5, n 49, Julho/2025 ISSN/3085-654X. Disponível em: <https://iiscientific.com/artigos/ec47fb/>. Acesso em 05 de mar. 2026.

ARRANZ-SÁNCHEZ, A; ESPADA-CHAVARRÍA, R. Atitudes dos professores e barreiras percebidas à educação inclusiva na Espanha:

revisão sistemática. Revista Romaneasca Pentru Educatie Multidimensională , 17 (3), 754-785. 2025. Disponível em: <https://lumenpublishing.com/journals/index.php/rrem/article/view/7438>. Acesso em 02 de mar. 2026.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CAFÉ, A. S. M; WUO, A. S. Barreiras atitudinais na educação especial: o olhar de professores da Educação Especial. Olhar de Professor, [S. l.], v. 28, p. 1-20, 2025. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.28.24838.026. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/24838>. Acesso em: 01 de mar. 2026.

GOMES, A. B; AUSTRÍACO, D da S; SOUSA, J. A de; BORGES, J da S; ABREU, M de J; FRANCISCO, N; SILVA, O. A da; LINS, R da C. Educação especial inclusiva: implementação de políticas de inclusão escolar: desafios e estratégias para escolas inclusivas. Revista FT, Ciências Humanas, Volume 29 – Edição 149/AGO 2025. Disponível em: <https://revistaft.com.br/educacao-especial-inclusiva-implementacao-de-politicas-de-inclusao-escolar-desafios-e-estrategias-para-escolas-inclusivas/>. Acesso em 01 de mar. 2025.

KAMIMURA, L. N.; YATEGASHI, S. F. R.; SOUZA, S. T. A inclusão escolar de estudantes com TEA: reflexões acerca das barreiras atitudinais no espaço escolar. Rev. Bras. de Iniciação Científica (RBIC), IFSP Itapetininga, v.11, e024032, p. 1-19, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/download/1798/626/6453>. Acesso em 02 de mar. 2026.

LEAL, D. F de F; VIEIRA, A. R. L. Educação Inclusiva: Desafios e perspectivas para uma prática transformadora nos Institutos Federais de Educação. Revista Tempos E Espaços Em Educação, 18(37), e23103. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/23103>. Acesso em 04 de mar. 2026.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MITTLER, P. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MONTEIRO, J. L; MARCHI, R de C. Reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas com estudantes com deficiência intelectual. Revista Educação Especial – Publicação Contínua – Qualis – A2, v.36, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/69440>. Acesso em 04 de mar. 2026.

NASCIMENTO, J. B. do, OLIVEIRA, C. da T., MOTA, E. R. M. de O. C. R., PRESTES, E. T. P., QUINTANA, L., MIRANDA, M. L. C., MARCONDES, P., & SANTOS, S. M. A. V. A inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular: perspectivas e desafios. REVISTA FOCO, 18(2), e7816. 2025. Disponível em:

<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/7816>. Acesso em 04 de mar. 2026.

REIS, M. R; COUTINHO, D. J. G. Formação de professores para a educação inclusiva: desafios e perspectivas. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v. 11, n. 1, jan. 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/17980/10327/44727>. Acesso em 03 de mar. 2026.

RODRIGUES, E. G; DANTAS, M. C. B; CUSTÓDIO, J. A. G; MOREIRA, J. S de A; GOMES, R. C; SANTOS, D. M dos; CIEIRA, V. M. O; CARDOSO, I. C. O peso das barreiras atitudinais na evasão escolar de estudantes neurodivergentes. Aurum Editora, Educação em Debate: Experiências e Pesquisas - 2ª Edição, cap. 12, 2025. Disponível em: <https://aurumpublicacoes.com/index.php/editora/article/view/811>. Acesso em 02 de mar. 2026.

RODRIGUES, M; BERNARDINO, J. L. F; MOREIRA, M. V. Barreiras atitudinais: a exclusão que limita a acessibilidade de pessoas com deficiência. RIAEE–Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1311-1326, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15058/13378>. Acesso em 05 de mar. 2026.

SANTOS, G. C. M dos; SANTOS, P. P. B dos; PRINCIPE, G. A. M. S; VALIM, R; ALMEIDA, V. E de. Barreiras atitudinais: discutindo inclusão no cotidiano escolar através do combate ao capacitismo. Rev. Educ. Espec. vol.36 Santa Maria 2023 Epub 13-Nov-2023. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-686X2023000100316. Acesso em 01 de mar. 2026.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SERRÃO, E. M; PINTO, F. Inclusão escolar no Brasil: aspectos constitucionais, legais e educacionais. REMUNOM, Vol. 20, n.2, 2025. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/4957>. Acesso em 01 de mar. 2025.